

“Brasileiro não lê”. Os sentidos da falta de leitura: uma abordagem discursiva

Fábia Marucci*

Resumo: A tese mostra uma proposta de compreensão do enunciado “o brasileiro não lê”, inscrito na imprensa e no discurso jurídico, no período de 1947 a 2003. Mostramos uma possibilidade de interpretação dos sentidos para a leitura como prática, a partir de um *corpus* discursivo formado por textos selecionados, principalmente de *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. Com a base teórica da análise do discurso de Pêcheux (1969), verificamos efeitos de sentidos que, em circulação em nossa sociedade, permanecem colaborando para a atualização da distância histórica entre o brasileiro e a leitura.

Palavras-chave: leitura; discurso; mídia impressa.

Apresentação

A tese expõe uma proposta de compreensão da leitura enquanto prática, ou melhor: desenvolve um estudo sobre a falta de leitura enquanto característica que se tem atribuído à sociedade brasileira. A reflexão parte da ideia pré-estabelecida de que ‘não ser leitor’ parece ser o que se espera de quem nasce em uma família desprovida de recursos em nossa terra. Esse problema perpassa o ensino de Língua Portuguesa, influencia tendências de práticas pedagógicas, parâmetros de ensino e até mesmo grades de instituições universitárias. Nossos governos, sucessivamente, têm elaborado programas de alfabetização. Experimentamos, inclusive, uma tentativa, em 1992, de desenvolvimento de uma política nacional de leitura.

Considerando os discursos que atravessam o que se diz sobre a leitura na mídia impressa, o trabalho de pesquisa e de interpretação apresenta sentidos que colaboram para o assujeitamento do brasileiro aos discursos de que a leitura é atividade para intelectual, é prazer, é técnica, é para ricos, é viagem para mundos mágicos, não é trabalho, mas lazer etc.

Filiada à análise do discurso de escola francesa, com o suporte teórico elaborado pelo filósofo Michel Pêcheux (1969), a pesquisa teve como

* Membro do grupo de pesquisa *Estudos da linguagem: discurso e interação*; Professora da UNISUAM; Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense, com a tese **Os sentidos da falta de leitura no Brasil: uma proposta de análise do ponto de vista discursivo sobre o tratamento da leitura em textos governamentais e na mídia impressas**, orientada pela Prof.^a Dr. Bethania Mariani. E-mail: fabiamarucci@yahoo.com.br

objetivos centrais 1. compreender como o processo de significação do termo ‘leitura’ tem sido administrado ao longo de cerca de cinquenta anos, em relação à alfabetização, no Brasil; 2. identificar quais processos de produção suportam os sentidos de que ‘o brasileiro não lê’.

Neste painel, dividimos o relato sobre o trabalho de pesquisa em três partes: a primeira, em que detalhamos a base teórica e a metodologia; a segunda, na qual apresentamos pouco do que foi verificado nos textos da mídia impressa e na terceira, em que expomos os resultados dessa trajetória.

Base teórica e metodologia

A tese busca uma possível discursividade materializada pela compreensão de efeitos de “brasileiro não lê”. No *corpora*, a repetição do referido enunciado ao longo de cinco décadas é destacada e interpretada.

Partimos da desnaturalização dos sentidos atribuídos à expressão citada e do pressuposto de que o sentido é uma construção social e histórica, não unívoca e não-transparente. Questionamos, consequentemente, a cristalização de sentidos para o referido enunciado, observada tanto no material selecionado da imprensa quanto em textos de programas de alfabetização e de leitura. Procuramos dar visibilidade ao discurso sobre a leitura, através da verificação dos sentidos para essa prática atribuídos pela imprensa.

Discurso, aqui se trata de um objeto teórico construído pelo analista. Nessa análise materialista da produção de sentidos na linguagem verbal, os aspectos lingüísticos e históricos são indissociáveis no processo de produção do sujeito do discurso e dos sentidos que o constituem (ORLANDI, 2004 [1996]).

Nossa metodologia consistiu: a. na seleção de textos oficiais (campanhas, projetos, programas, leis, decretos e portarias) que vinculam a leitura ao ensino, o que não comprehende todos os textos que regulamentaram as iniciativas em prol da alfabetização e da leitura desenvolvidas no país; b. na pesquisa e organização de reportagens publicadas na mídia impressa, nos jornais *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*.

Os materiais de pesquisa dataram do período de 1947 (marca a primeira campanha de alfabetização desenvolvida no país) a 2003 (marca a última proposta governamental de levar a leitura ao brasileiro). Esses dois materiais (“a” e “b”) foram confrontados, a fim de compreendermos os sentidos sobre a leitura em circulação.

Dos pressupostos da análise de discurso pecheutiana, a noção de memória, cara à AD, foi importante para o trabalho, já que explica o processo

de re-atualização de acontecimentos¹ e práticas passadas em um momento presente, sob diferentes modos de textualização. Em nosso caso, a produção jornalística e jurídica em torno da alfabetização e da leitura (MARIANI, 1998, p. 38).

A voz anônima que reitera na sociedade que ‘o brasileiro não lê’, enquanto um discurso sobre a falta da leitura, inscreve-se em uma dada formação discursiva e tem como efeitos sentidos contraditórios.

A mídia impressa e o discurso sobre a leitura

O que é o “livro certo” ou uma “boa” obra? E a “má” obra? Quais características possui? Como é possível ao leitor reconhecê-la e, de preferência, afastar-se dela?

Expressões como “boas obras”; “má obra”; “livro certo”; “livro ideal”, de construção opaca, foram observadas nos jornais como se aparentassem um dizer óbvio.

Como esses efeitos da linguagem podem ser compreendidos?

Um mecanismo de poder parece atuar na universidade, nas academias de filológicas, na crítica literária e na indústria editorial e trabalhar na inscrição de uma obra como literatura ou não. Sobre essa questão, Pêcheux (1997 [1982]) observa que existe a divisão social do trabalho de leitura, em que, a alguns é legado

[...] o direito de produzir leituras originais, logo “interpretações”, constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos de tratamento “literal” dos documentos, as ditas “interpretações” (PÊCHEUX, 1997 [1982], p. 58) [grifos nossos]

Como professores, somos assujeitados ideologicamente à opinião hegemônica da universidade, principalmente, quanto a quais obras considerar “boas” ou “ruins”, porque devem ter as características tais no gênero, cumprir fins interdisciplinares, seguir formas tais no que tange à expressão linguística ou quanto à temática abordada, outras tais para integrar-se aos objetivos de sala de aula e ao projeto pedagógico da escola *etc.*

A pesquisa procurou dar visibilidade ao que denominamos discurso da falta da leitura, que, em seu funcionamento, alimenta a repetição do

¹ Pêcheux elabora sinônimos para acontecimento como “o fato novo”. O acontecimento discursivo é aquilo que pode desestabilizar a filiação de sentidos, dito de outra forma, trata-se de uma ruptura com os sentidos, que faz surgirem outros, porém que não implica o apagamento da memória já-lá presente sobre um objeto.

enunciado “brasileiro não lê”. Os efeitos da circulação desse enunciado são variados, conforme mostra a tese. Promovendo crítica a um modelo de leitor idealizado pela escola e pela sociedade, não visamos a um lugar conformista nem a uma posição radical em relação ao cânone. Também não nos colocamos contra as tradições ou contra aquilo que hoje se considera Literatura. Nossa tentativa foi instalar uma outra discursividade sobre leitor/leitura, visto sabermos **que nenhum leitor não lê nada e nenhum leitor lê tudo** (ROMÃO; PACÍFICO, 2006, p. 97)².

A escola, a nosso ver, contribui para a sustentação desse modelo de leitor que aparece nas matérias, na medida em que professores atuam na escolha entre a “boa” e a “má” literatura. Certos autores são adotados com frequência, em detrimento de outros nunca escolhidos ou aceitos como bons: enquanto um poder também atuante em relação à leitura, a indústria editorial leva a professores os materiais, para que adotem o livro que se inclui dentro de uma seleção pré-feita, constante em catálogos e folhetos de venda.

Ser “pessoa de baixa renda”, “povo”, “90% da população brasileira”; “povo que não pode governar-se a si mesmo”; “alunas do curso normal”; “adultos que não têm o 1º grau completo”; “povo que não vive”; “professor”; “casal de namorados”; “vestibulando”; “comunidades carentes”; “crianças pobres”, “50% da população alfabetizada”; “desinformado”; “homem embrutecido”; “carioca”; “analfabeto”; “semi-analfabeto”; “alfabetizado”; “universitários brasileiros” é ser não leitor. Esse sujeito, com frequência, é reconhecido na imprensa pela pobreza e pela reduzida escolaridade. Vejamos duas das sequências discursivas que integram o *corpora*, composto por 78 SDs:

SD 42 Cantinho da leitura para crianças pobres

Recife— Obrigadas, como muitas crianças do Nordeste, a aprender a ler rabiscando letras no chão com carvão e dividindo o único caderno na escola, três irmãs do bairro popular de Campinas do Barreto estão dando uma **lição de cidadania**. Andreia, Sandra e Fabiana Liberato Silva proporcionam às crianças pobres do bairro o direito que lhes é negado pelo Estado: o acesso aos livros (*O Globo*, 28/05/1995). [grifos nossos]

SD 43 Livros vão até o povo

A marinha estuda um projeto de transformar barcos em bibliotecas volantes que visitarão as povoações ribeirinhas do Amazonas e do São Francisco. Barco, carrinho, Kombi, carroça, charrete, malas, vale **tudo para levar o livro aonde o povo está** (*Jornal do Brasil*, 30/09/1995). [grifos nossos]

² Grifos nossos.

O não leitor, no recorte acima, são as “crianças pobres” e “o povo”, habitantes do Nordeste e do Norte país.

Cabe ressaltar que falamos apenas dos sentidos que são hegemônicos em relação ao não leitor: pobre, desprovido de instrução/cultura, analfabeto, oprimido, marginalizado, que está em oposição à elite, porque manifestados a partir do que pode ser chamado “ideologia da carência cultural”, cujos sentidos estão já-lá em circulação, desde os primórdios do achamento do Brasil.

A imprensa, seja ela formadora de opinião ou não, enuncia de lugares historicamente construídos, em nome de certos segmentos da sociedade, para nós, marcas de sujeitos e de sentidos em disputa por um lugar de hegemonia: “Todo jornal noticia para segmentos determinados da sociedade, produzindo para uma imagem de leitor suposta a tal segmento” (MARIANI, 1998, p. 57).

Ressaltamos ainda que os jornais pesquisados atuam como meios de informação do leitor, de comunicação dele com o país e o mundo. Considerados formadores de opinião e em constante esforço em manter aparente objetividade e neutralidade, destinam-se a um público-alvo, supostamente, do ponto de vista social, econômico e intelectual, melhor favorecido.

Resultados

A partir do que verificamos no material de análise sobre a não leitura, caracterizamos um sujeito da leitura e outro da não leitura. Vejamos alguns dos sentidos atribuídos pela mídia para leitor, entre 1947 e 2003³.

O leitor foi verificado como “provido de instrução”; “recuperado”; “exerce raciocínio e crítica”; “bom consumidor de leitura”; “um ser quase fantasma”; “ser quase inexistente”; “exigente”; “esforçado”; “adultos alfabetizados pelo Mabral”; “obcecado”; “jovem”, “branco”, “liberal”, “mal interpretado”; “classe burguesa”; “alfabetizado”; “pessoa ‘in’”; “esporádico”; “vestibulando”; “crianças de classe média”; “cobrador de ônibus”; “dona de casa”; “desconhecido”; “disciplinado”; “crítico e interessado em livros”; “cidadão pleno”; “adultos de baixa escolaridade”; “músico”; “cineasta”; “empresário”; “humorista”; “jogador de futebol”; “sambista” etc.

Há uma demanda pelo leitor, melhor dizendo: por se saber quem é o sujeito leitor, o que lê, qual a sua renda e seu grau de escolaridade. Muitas

³ Em virtude da quantidade expressiva de negações da leitura, foi muito mais fácil definirmos o que é o leitor que o não leitor, por meio das determinações pesquisadas. No texto integral, há três quadros de determinações, elaborados considerando as datas e os meios de imprensa, que mostram determinações pesquisadas para leitor, não leitor e leitura.

matérias jornalísticas informam sobre pesquisas feitas por órgãos variados, principalmente aqueles a quem interessa o mercado de livros⁴.

A despeito da quantidade de determinações, chamou-nos a atenção verificarmos que o leitor, em nosso imaginário, parece muito mais um ser ideal (ou idealizado), para não dizer um “ser inexistente”⁵. Nos anos 50, é “recuperado”, “provido de instrução”, “exerce raciocínio e crítica”; na década de 60, é “bom consumidor de leitura”; em 70, “compreende grande carga de informações”; são “adultos alfabetizados pelo Mabral”; em 80, as determinações soam mais concretas, o leitor é de classe burguesa, é “branco, liberal”, e pode também ser qualquer um: um cineasta, um jogador de futebol, um sambista; nos anos 90, é um “cidadão pleno”, “pensante”, já em 2000 um “grande ausente”.

A imprensa e a sociedade parecem contribuir para a sustentação de uma imagem de leitor inatingível à grande parte da população brasileira.

Esse procedimento tem como efeitos: 1. um discurso da falta, ou seja, uma constante frustração entre o ideal de leitor que se pretende e o leitor que se forma/ que se tem; 2. a não-democratização da leitura, visto que são sustentados sentidos de que a leitura consiste em atividade para uma minoria de privilegiados, considerados eruditos que sabem apreciar as “boas obras,” marca linguística que aponta para um modelo estabelecido pelo outro, europeu, estrangeiro⁶.

Há um sujeito-leitor que se marca pela falta manifestado na imprensa por expressões como “um ser quase fantasma”; “ser quase inexistente”; “grande ausente”; “esporádico”; “desconhecido”, por sua “raridade”. São essas as formulações sobre o sujeito-leitor que acabam servindo-lhe como identificação.

⁴ A tese, disponível na íntegra no sítio da Universidade Federal Fluminense (UFF), mostra o mercado de livros enquanto poder em torno da leitura, que, ao longo de cinco décadas, mantém-se influente quanto às iniciativas a favor dessa prática em nosso país.

⁵ Apropriei-me de termos pesquisados nos textos dos jornais, por isso a utilização de aspas em expressões como “ideal” e “ser inexistente”, dentre outras.

⁶ Mariani e Souza (1994) já nos mostraram que, em 1923, por ocasião da Assembleia Constituinte, tínhamos três formações discursivas: uma que era a favor de termos uma língua brasileira, aquela que defendia que no Brasil falássemos uma língua padrão portuguesa e a formação jurídica, que legitimava a língua portuguesa do colonizador como a que valia. Este último modelo europeu prevaleceu e, sendo considerado legítimo, se estendeu ao que é ou não julgado boa ou má leitura.